

# **DIREITO SUMULAR. ESPÉCIES DE SÚMULAS. SÚMULA DE JURISPRUDÊNCIA. SÚMULA IMPEDITIVA DE RECURSO. SÚMULA VINCULANTE**

---

**JOSÉ AUGUSTO DELGADO**

*Ministro Aposentado do Superior Tribunal de Justiça*

*José Augusto Delgado – Ministro do STJ. Doutor Honoris Causa pela Universidade Estadual do RN. Doutor Honoris Causa pela Universidade Potiguar do RN. Membro titular da Academia Brasileira de Letras Jurídicas (Rio de Janeiro). Membro titular da Academia Brasileira de Direito Tributário (São Paulo). Eleito membro titular da Academia Norte-Riograndense de Letras (RN). Especialista em Direito Civil. Professor de Direito Público (Administrativo, Tributário e Processual Civil). Professor UFRN(aposentado). Professor convidado dos Cursos de Pós-Graduação, área de Especialização, do Centro Universitário de Brasília. Ex-professor da Universidade Católica de Pernambuco. Sócio Honorário da Academia Brasileira de Direito Tributário. Sócio Benemérito do Instituto Nacional de Direito Público. Conselheiro Consultivo do Conselho Nacional das Instituições de Mediação e Arbitragem. Integrante do Grupo Brasileiro da Sociedade Internacional do Direito Penal Militar e Direito Humanitário. Sócio Honorário do Instituto Brasileiro de Estudos Jurídicos. Sócio Fundador do Instituto de Direito Privado (São Paulo).*

## **Considerações gerais sobre o tema**

Em sede de considerações gerais sobre os efeitos das súmulas em nosso ordenamento jurídico, passamos, embora de modo superficial, a analisar alguns aspectos do denominado direito sumular.

Não deve ser desconhecido que a aplicação das súmulas, no Século XXI, apresenta-se revestido de força capaz de imposição de entendimento jurisprudencial aceita, de modo preponderante, pelos Tribunais.

É possível, em face da elevação das súmulas a esse patamar, se aceitar a existência de um Direito Sumular? Iremos procurar, entre doutrinadores, resposta a essa pergunta.

Roberto Rosas, Doutor em Direito e Professor titular da Universidade de Brasília, afirma que direito sumular é “o reflexo do direito emanado de súmulas de um tribunal<sup>1</sup>”.

Ivan Lira de Carvalho, Juiz Federal no RN, aborda o assunto em artigo intitulado “Decisões vinculantes”, publicado via internet:

---

<sup>1</sup> Rosas, Roberto, in “Direito Sumular”. São Paulo: Malheiros, 12<sup>a</sup>. edição, p. 12.

<http://jus2.uol.com.br/doutrina/imprimir.asp?id=254>, acessado em 07.03.2007. O referido autor escreve:

“Mas, afinal, o que é Direito Sumular? Ouso dizer que é a elevação da jurisprudência esparsa, através do amalgamamento dos julgados, ao patamar de ramo da árvore do Direito. No dizer de JOSÉ PEREIRA-LIRA, o Direito Sumular tem gênese nacional, que pode ser atribuída ao Ministro VICTOR NUNES LEAL, que em 1963, ‘com os seus companheiros da Comissão de Jurisprudência, no Supremo Tribunal, ousou, com autoridade para isso, dentro dos cancelos, e fora deles, no Pretório Excelso, um corajoso passo à frente, promovendo a ‘criação’ da ‘Súmula’, de nítidas raízes brasileiras, sem cópia do stare decisis nem filiação a the restatement of the Law.’ Louvado no ornato vernacular ‘a lei propõe; a jurisprudência compõe’, PEREIRA-LIRA recua no tempo para situar em 1937 o termo inicial da sua própria cruzada pela respeitabilidade da jurisprudência sumulada, dizendo que ali estava acontecendo ‘a volta ao ‘empirismo jurídico’, informado nas mais puras fontes do positivismo, com a Escola Analítica de Jurisprudência, sob o comando de John Austin, aproveitando as conclusões do anti-escolasticismo e as tendências antifeudais e humanistas da chamada Escola da Culta Jurisprudência, e a formação tedesca da Escola da Jurisprudência de Interesses, para desembocar na Escola do Direito Livre, animada pelo espírito da livre investigação científica. (...) A Escola Realista Americana, indo além da Escola Sociológica Americana, principalmente com Oliver Wendell Holmes, gerou a convicção de que deve o jurista, antes de tudo, observar o comportamento dos juízes, dos Tribunais e dos cidadãos, para examinar a sua atividade no sentido do que fazem, e não do que deveriam fazer” .

São estas as aligeiradas considerações sobre o que é o Direito Sumular, que vem galgando prestígio a partir da segurança jurídica que oferece aos seus invocadores e a partir da complexidade do processo legislativo brasileiro. Tem como nascedouro as mais repetidas posições dos pretórios, que julgam as lides em derradeira instância”.

Leonardo de Oliveira Linhares, em artigo intitulado “Efeito vinculante das súmulas como garantia de um processo de resultados”, abre espaço para tecer considerações sobre o Direito Sumular. São suas as observações que passamos a registrar:

“Em face da relevância de que se revestiram as discussões sobre o efeito vinculante das súmulas, há invocações na doutrina da criação do direito sumular.

Esse ramo do Direito, se assim pode ser definido, é fruto da importância da construção jurisprudencial para a dinamização da norma jurídica.

Sua raízes primitivas podem ser atribuídas aos *assentos* das cortes portuguesas. Com origem na Casa de Suplicação do império português, os *assentos* eram enunciados do Supremo Tribunal de Justiça. Este instituto perdurou até 1995, até ser revogado em consequência da reforma processual naquele país. Sua extirpação, provavelmente, deu-se em função da rigor exigido na mutabilidade dessas súmulas, de tal forma que só se poderia revogá-las ou alterá-las em virtude de lei.

Em plagas brasileiras, seu impulsionamento foi dado pelo ministro Victor Nunes Leal. Liderando a Comissão de Jurisprudência do STF, 1963, promoveu a criação das súmulas, com o intuito de enunciar as matérias reiteradamente decididas, demonstrando assim a inclinação da Corte quanto a essas matérias. A proposta do ministro Leal inspirou os demais tribunais a lançar mão dessas enunciações.

Esses movimentos do Poder Judiciário foram responsáveis pela formação do direito sumular no ordenamento pátrio, que é a *elevação da jurisprudência esparsa, através do amalgamento de decisões, ao patamar de ramo da árvore do Direito* (CARVALHO, 1999: 3).

A teoria das súmulas, ao que se vê, parece mais adequada ao sistema brasileiro, romano-germânico, do que o *stare decisis* americano, que com ele não se confunde. Pelo *stare decisis*, pode-se fazer a subsunção de um julgado emanado de qualquer órgão judiciário para qualquer outro, e o magistrado que recebe o *case*, se verificar a especificidade, a ele se vincula. A única exceção feita é à Suprema Corte, onde seus nove juízes têm o poder de avaliar a relevância constitucional da matéria, e somente apreciam o recurso após a concessão do que chamam *writ of certiorari*.

A adoção do *stare decisis* em um país que adota o sistema consuetudinário, e tem produção legislativa escassa, tal como os Estados Unidos, pode ser instrumento eficaz, vez que a jurisprudência se revestirá de uma carga normativa maior, dado o maior número de lacunas deixado pelo legislador. Não é o caso das súmulas que, como definido acima por Iran Lira de Carvalho, trata-se de um amalgamento de reiteradas decisões; as súmulas seriam, assim, um processo final de formação de uma construção jurisprudencial, que ganha relevância no seio de um órgão judiciário hierarquicamente inferior. Aplicando-se nos pretórios nacionais o *stare decisis*, poder-se-ia aceitar que uma decisão, qualquer que seja, mesmo advinda de um tribunal de mesma nível hierárquico ou mesmo grau inferior,

tivesse mais valor do que o convencimento a ser esposado em outro julgamento, evitando que o juiz faça uma apreciação detalhada dos fatos.

Ademais, a unidade de entendimento que deve ser garantida é a nacional, vez que a competência legislativa da grande maioria das províncias jurídicas cabe à União, ao contrário do ordenamento norte-americano, onde a competência legislativa nacional é residual”.

Rodolfo de Camargo Mancuso, em obra intitulada "Divergência jurisprudencial e súmula vinculante", São Paulo, Revista dos Tribunais, 1999, p. 77, afirma que “a jurisprudência e o Direito Sumular são produtos de uma mesma fonte – a função jurisdicional do Estado –, mas o Direito Sumular se destaca como a *forma potencializada da jurisprudência*, porque seus efeitos se expandem extra-autos, em direção a casos outros, pendentes ou futuros”.

Nagib Slaibi Filho, magistrado e professor da EMERJ, em artigo intitulado “Notas sobre a súmula vinculante no Direito brasileiro”, inserido no site [http://www.nagib.net/artigos\\_texto.asp?tipo=2&area=1&id=315](http://www.nagib.net/artigos_texto.asp?tipo=2&area=1&id=315), afirma:

“DIREITO SUMULAR. CONCEITO. O direito sumular traduz o resumo da jurisprudência sedimentada em incontáveis e uniformes decisões das Cortes Superiores do país, que visam a rapidificação de causas no Judiciário. A se dar seguimento ao inconformismo das partes, manifestado em peça recursal, em total colidência com texto de Súmula do Tribunal, estar-se-ia a instaurar um regime anárquico, que afronta o princípio de uniformização das decisões. Prevalência do entendimento contido no direito sumulado, que traduz a manifestação de um colegiado, para negar provimento ao agravo regimental” (Superior Tribunal de Justiça, 1ª Turma, unânime, relator o Ministro Pedro Acíoli, Ag. Reg. em R.esp. nº 3.317-BA, pub. em 26.11.90, ADV Jurisprudência 52.533).

Lembra, também, que “surgiram as súmulas no direito republicano comum em janeiro de 1964, pela atividade da Comissão de Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, composta pelos Ministros Gonçalves de Oliveira, Victor Nunes Leal (relator) e Pedro Chaves, com verbetes aprovados em sessão plenária de 13 de dezembro anterior, para vigorar a partir de 1º de março de 1964”.

José Olinto Gil Barbosa, Juiz de Direito da Comarca de Oeiras, Estado do Piauí, pós-graduado em Direito Processual de Direito Processual Civil, em artigo intitulado “**ADOÇÃO DA SÚMULA VINCULANTE NO SISTEMA JUDICIAL BRASILEIRO**”. Inserido no site

**<http://www.advogado.adv.br/artigos/2004/joseolindogilbarbosa/docaosumula1.1.htm>, acessado em 07.03.2007, lembra que "O Direito Sumular, como é cediço, tem aparecido como matéria curricular, o que denota a sua importância como ramo do Direito, hodiernamente. Ele é a própria ascensão da jurisprudência disseminada, por intermédio da sedimentação das decisões judiciais.**

Argumento muito forte tem o renomado e eminente mestre José Pereira Lira(1), quando afirma que o Direito Sumular tem formação no Direito brasileiro, que pode ser conferida, como se disse, ao Ministro Victor Nunes Leal, que em 1963, "com os seus companheiros da Comissão de Jurisprudência, no Supremo Tribunal, ousou, com autoridade para isso, dentro dos cancelos, e fora deles, no Pretório Excelso, um corajoso passo à frente, promovendo a criação da Súmula, de nítidas raízes brasileiras, sem cópia do stare decisis nem filiação a the restatment of the Law.". Louvado no ornato vernacular "a lei propõe; a jurisprudência compõe", Pereira Lira retrocede no tempo para localizar no ano de 1937 o marco primitivo da sua própria cruzada pela respeitabilidade da jurisprudência sumulada, descrevendo que ali estava acontecendo "a volta ao 'empirismo jurídico', informado nas mais puras fontes do positivismo, com a Escola Analítica de Jurisprudência, sob o comando de John Austin, aproveitando as conclusões do anti-escolasticismo e as tendências antif feudais e humanistas da chamada Escola da Culta Jurisprudência, e a formação tedesca da Escola da Jurisprudência de Interesses, para desembocar na Escola do Direito Livre, animada pelo espírito da livre investigação científica. (...) A Escola Realista Americana, indo além da Escola Sociológica Americana, principalmente com Oliver Wendell Holmes, gerou a convicção de que deve o jurista, antes de tudo, observar o comportamento dos juizes, dos Tribunais e dos cidadãos, para examinar a sua atividade no sentido do que fazem, e não do que deveriam fazer".

Conclui:

"São estas as breves considerações sobre o nascedouro do Direito Sumular, que vem, sem dúvida, escalando importância a partir da segurança jurídica que oferece aos seus invocadores e a partir da complexidade do processo legislativo brasileiro. Tem como origem as mais repetidas decisões dos tribunais, que julgam as lides em última instância"

Como estamos a demonstrar, há corrente doutrinária apoiada por inúmeros juristas reconhecendo a existência de um Direito Sumular a agasalhar a instituição de súmulas.

A criação de súmulas em nosso ordenamento jurídico sempre foi precedida de acesa polêmica entre os doutrinadores.

Duas correntes, com fundamentos divergentes, passaram a debater e, ainda, debatem essa entidade processual que expressa objetivo centrado em uniformizar a interpretação e aplicação do direito legislado, a partir de entendimento firmado por órgãos colegiados do Poder Judiciário.

Uma parte de juristas tem afirmado, em síntese, que a aprovação de súmulas implica em:

a) violação do princípio da separação dos Poderes, em razão de outorgar função legislativa aos Tribunais Judiciais;

b) caracterizar instituto processual de natureza autoritária, haja vista afastar os juízes de exercer livremente as suas atribuições constitucionais de livremente interpretar e aplicar a lei ao fato concreto, por provocação de parte interessada;

c) concentrar, nos Tribunais, o direito de decidir sobre a verdadeira vontade contida na norma legislada;

d) tornar veículo impeditivo do pensamento criativo dos juízes de primeiro grau, dificultando, assim, a evolução da jurisprudência.

A corrente que apóia a existência, a validade, a eficácia e a efetividade das súmulas, sem distinguir as suas espécies, afirma:

a) essa entidade processual tem por função precípua proporcionar estabilidade e previsibilidade às decisões do Poder Judiciário, impondo segurança jurídica às pessoas físicas e jurídicas quando, entre si, ingressam em estado de conflito;

b) a súmula garante agilidade na entrega da prestação jurisdicional e produz diminuição do número de processos nos juizados de primeiro grau e nos tribunais;

c) a destinação da súmula deve alcançar, também, a Administração, revelando a sua vocação de valorizar a dignidade humana e a cidadania (art. 1º, incisos II e III, da CF).

Demonstramos, com a síntese posta no quadro acima, a divergência doutrinária presente no panorama onde a súmula está inserida.

Nessa quadra de pensar, começamos por destacar importante pronunciamento de Cândido Rangel Dinamarco sobre um dos tipos de súmula, a de natureza vinculante. Ei-lo:

“Quando o Min. José Paulo Sepúlveda Pertence, então na Presidência do Supremo Tribunal Federal, ergueu a bandeira das

decisões vinculantes dos Tribunais Superiores da União não faltaram todavia vozes divergentes a sustentar a inconveniência da proposta, seja em face do princípio político da separação dos Poderes do Estado, seja do postulado da independência dos juízes ou da efetividade do contraditório. Mas a angustiosa realidade do Poder Judiciário brasileiro, sobrecarregado e moroso, exige uma solução liberta de preconceitos políticos ou jurídicos radicalizadores dessas conquistas liberais. É preciso inovar com cautela e sem despreço pelos valores residentes naqueles princípios, mas com sabedoria e coragem suficientes para saber em que medida hão de prevalecer e como precisam ser harmonizadas certos valores eventualmente conflitantes”.

A seguir, adverte Cândido Rangel Dinamarco:

“Essa angustiosa realidade – e que se apresenta tanto mais negara quanto tende a perpetuar-se sem a esperança de que regrida – é representada pelo grande acúmulo de processos à espera de julgamento em todos os graus de jurisdição. Informou aquele ex-Presidente que há mais de dois milhões e meio de processos pendentes, num país onde os juízes em exercício (em todas as instâncias) não passam de seis mil. A relação juiz-cidadão é, no Brasil, de um por vinte-e-cinco mil (no Estado de São Paulo, um por mais de vinte-e-seis mil), enquanto na Alemanha não há quatro mil cidadãos para cada juiz e no Uruguai existem cerca de cinco mil. Até agora nenhuma medida aceleratória viável foi proposta, nem há como inchar tanto o Poder Judiciário a ponto de por esse meio reduzir significativamente tal proporção (ou desproporção) – notadamente nas instâncias superiores” (Fundamentos do Processo Civil Moderno”, 4ª. edição, Vol. II, SP: Editora Malheiros, 2001, p. 1.123)<sup>2</sup>

O pronunciamento acima anotado data de 1986, época da primeira edição da obra citada de autoria de Cândido Dinamarco. Após completados mais de vinte anos das referidas observações, a crise da entrega da prestação jurisdicional no Brasil está geometricamente agravada, gerando incessante inconformismo nos cidadãos e refletindo negativamente no desenvolvimento econômico e social do País.

Uma análise mais aprofundada das manifestações doutrinárias sobre o tema súmula, qualquer que seja a ideologia seguida pelo autor, demonstra a intensidade e o cuidado com que as conclusões foram assentadas.

---

<sup>2</sup> Dinamarco, Cândido Rangel. In Fundamentos do Processo Civil Moderno”, 4ª. edição, Vol. II, SP: Editora Malheiros, 2001, p. 1.123.

A afirmação de que a adoção da súmula, especialmente a vinculante, provocará uma indiscutível invasão ao Poder Legislativo por parte do Poder Judiciário, violando dogma constitucional, foi rebatida por argumentos alinhados, entre outros, por Daniel Amorim Assumpção Neves<sup>3</sup>, conforme passamos a transcrever:

“São esses, portanto, os pontos centrais das críticas à adoção da súmula vinculante à luz da teoria da separação dos poderes. Necessária a análise dos contra-argumentos a essa tese. O principal ataque que certos doutrinadores, defensores da súmula vinculante, fazem a essa crítica é a de que essa separação de poderes deve ser entendida de um maneira menos rígida do que aquela vislumbrada por Montesquieu e desejada por aqueles que calcam a crítica maior à adoção da súmula vinculante em tal instituto constitucional”.

Prossegue o mencionado autor:

“A rigidez de tal divisão não mais seria compatível com os nossos tempos e menos ainda, com o nosso ordenamento. Sendo inegável que os Poderes devem manter independência em relação uns aos outros, por certo também devem interagir, sob pena de o Estado não conseguir governar em sua plenitude com nítidos prejuízos dos pOderes considerados isoladamente. O exercício de algumas funções características de outros poderes seria então, além de permitido, necessário ao bom andamento dos Três Poderes e do Estado como um todo”.

Em nota de rodapé, Daniel Amorim Assumpção Neves registra que Celso Ribeiro Bastos, na obra Curso de Direito Constitucional, 19<sup>a</sup>. edição, São Paulo: Saraiva, 1998, p. 159, manifestou opinião no sentido de que “Hoje, no entanto, a divisão rígida destas funções já está superada, pois, no Estado contemporâneo, cada um destes órgãos é obrigado a realizar atividades que tipicamente não seria, suas”.

Entre os adeptos da corrente contrária à adoção de súmulas, especialmente, súmulas com força vinculante, destacamos o afirmado por Enéas Castilho Chirini Junior, em artigo intitulado “A inconstitucionalidade da súmula de efeito vinculante no Direito brasileiro”, inserido no site <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=4248>, acesado em 07.03.2008:

---

<sup>3</sup> Assumpção Neves, Daniel Amorim, Mestre e Doutorando em Processo Civil da USP, Professor da Mackenzie e da Escola Superior de Advocacia de São Paulo. In obra coletiva “Reforma do Poder Judiciário”, Editora Juruá, Coordenada por Bruno Freire e Silva e Rodrigo Mazzei, pg. 207 e ss.



"Frente a esta análise realizada, pode-se dizer que a súmula de efeito vinculante, conforme assinalado pelos diversos autores contrários a tal medida, além de estar sendo banida dos ordenamentos jurídicos dos países mais adiantados, poderia, também, ser utilizado como forma do Governo Federal "impor" à toda a sociedade, via Poder Judiciário - uma vez que os Ministros do Supremo são escolhidos por indicações, sobretudo, políticas -, um determinado entendimento jurisprudencial, através de súmulas de efeito vinculante, que reflitam, acima de tudo, suas pretensões meramente politiquês, como foi, por exemplo, o caso dos seqüestros de bens, realizados pelo ex-Presidente Fernando Collor, onde os Ministros deram apoio às medidas tomadas pelo então Presidente.

Deve-se levar em conta, ainda, que, geralmente, é através dos votos vencidos que nascem as novas interpretações jurisprudenciais, que contribuem para o desenvolvimento e aperfeiçoamento do Ordenamento Jurídico, que já é bem fechado e inflexível, sendo, ao contrário, recomendado e necessário, que este esteja sempre aberto às transformações sociais, principalmente neste mundo globalizado de hoje em dia, onde, "do dia para noite" ocorrem violentas transformações, sobretudo nas áreas econômicas, comerciais e científicas. O direito é algo vivo, móvel e pulsante, não podendo, em hipótese alguma, ser tratado como um ser inanimado (José Anchieta da Silva, op. cit. pág. 47). O direito deve ser estável, porém não pode jamais permanecer estático (Roscoe Pound, *apud* José Anchieta da Silva, op. cit. pág. 46).

Não se pode esquecer, ainda, que a independência e liberdade da magistratura está cravada de maneira indelével no espírito do Estado Democrático de Direito (garantido pela CF/88 no art. 1º, *caput*), não sendo possível tornar os juízes de primeiro grau em escravos dos tribunais superiores sem, no mínimo, transformar este estado em um estado autoritário.

A adoção do efeito vinculante acabaria fazendo letra morta o princípio do *due process of law*, insculpido na Constituição Federal, uma vez que o efeito vinculativo obrigatório negaria a defesa aos que não participaram do processo, que não produziram provas, que não foram chamados a se defender, através da negativa de seu acesso à justiça, afastando seus direitos da apreciação jurisdicional, ou, em casos raros, onde a parte insistisse em pedir a tutela jurisdicional, o processo teria fim com uma sentença fundamentada apenas formalmente, o que também não condiz com a Carta Magna, inviabilizando o *duplo grau de jurisdição*, uma vez que o resultado do recurso já seria previamente conhecido, além de que criaria uma super-valorização do Poder Judiciário, o que não condiz com a harmonização dos Três Poderes.

Não se deve, ainda esquecer do disposto no artigo 17 do Código de Processo Civil, segundo o qual "reputa-se litigante de má-fé aquele que: I - deduzir pretensão ou defesas contra texto expresso de lei ou fato incontroverso...", de modo que, caso seja adotado o efeito vinculante, será possível condenar-se a parte por litigância de má-fé caso esta venha a pedir direito não reconhecido pela súmula vinculante, mesmo que esteja fundamentada em voto vencido declarado na edição da referida súmula. Além de que, dependendo-se de como for aprovada a Emenda Constitucional que aprove o efeito vinculante, poder-se-ia estar criando o "Crime de Hermenêutica", onde o juiz poderia ser condenado por discordar do entendimento sumular.

A verdade é fria, os que são favoráveis ao efeito vinculante, na verdade desejam fechar o Judiciário às lutas populares, desejam acabar com o avanço dos direitos fundamentais e, sobre tudo, dos Direitos Humanos, que, a partir da Constituição Federal de 1988, passaram a ser objetivos da República Federativa do Brasil (CF/88, artigo 3º), desejam, mais, transformar o Poder Judiciário, o único poder "sério" que o país ainda possui, em mero "braço" do Poder Executivo, convalidando suas ações pouco democráticas.

A adoção do efeito vinculante não será capaz de transformar a máquina do Judiciário em "exemplo de eficiência", como defendem os favoráveis à "lei da mordaza", primeiro porque o principal culpado pelo gigantesco número de processos "entulhados" nos tribunais superiores é, justamente, o governo, sobretudo o Federal, que insiste em recorrer das decisões de instâncias inferiores apenas com o intuito de adiar para o próximo governo, o pagamento das ações que sabe que perderá, além de que, em segundo lugar, a grande demora das soluções processuais, se deve, em grande parte pela insuficiência de magistrados e funcionários públicos em geral. E, assim, a medida, apesar de contribuir para uma aceleração da solução da lide, não contribuirá para a celeridade processual da forma como é salientado pelos favoráveis ao efeito vinculante.

Cumprе lembrar por fim, que o artigo 60, § 4º, IV da Constituição Federal veda qualquer alteração constitucional que vise abolir os direitos e garantias individuais, de forma que não pode ser aceita, por inconstitucional, qualquer alteração da Constituição Federal que tenha por finalidade dar às súmulas dos tribunais superiores o efeito vinculante, uma vez que, como visto, tal efeito atenta diretamente com o princípio do *due process of law* e com as garantias constitucionais corolárias deste princípio, como por exemplo a da amplitude de defesa, do acesso à justiça, da inafastabilidade da apreciação jurisdicional frente à lesão ou ameaça a direito, e da fundamentação das decisões judiciais, além de atentar também

contra os princípios do duplo grau de jurisdição e da separação dos poderes.

Não se trata de ser radicalmente contra as súmulas de efeito vinculante, de forma que estas poderão ser muito úteis se utilizadas apenas para os casos referentes às matérias Administrativas, Tributárias e Previdenciárias, onde o poder público tenha sucumbido frente aos interesses particulares, ou ainda, nos casos de Interesses Difuso e/ou Coletivos, de forma que tal efeito vinculatório, por ser absolutamente anti-democrático não deve ser permitido em outros casos não elencados.

E, mesmo nos casos onde deveria ser admitido o efeito vinculante, deveria, por outro lado, haver um mecanismo que permitisse a real revisão da súmula, uma vez que o direito deve ser, sempre, um instrumento de libertação (Conforme preconiza João Baptista Herkenhoff em seus mais variados livros, sobretudo "Como aplicar o Direito" da Editora Forense e "Direito e Utopia" da Livraria do Advogado)".

Demonstrado está que, não obstante o reconhecimento da importância e da aplicação do Direito Sumular em nosso ordenamento jurídico, elevado, atualmente, ao elevado patamar constitucional, em razão da Emenda Constitucional n. 45, continuam as divergências doutrinárias sobre o assunto.

Filiamo-nos à corrente que apóia a produção dos efeitos do Direito Sumular. Estamos vivenciando um mundo de transformações. A entrega do Direito solucionando conflitos há de ser feita de modo estabilizado. O respeito à dignidade humana e a valorização da cidadania são postulados que exigem uma reflexão mais aprofundada sobre teorias que, não obstante o prestígio que tinham no passado, não se harmonizam com a velocidade dos tempos atuais e com as exigências sociais. O Direito Sumular concretiza o direito em face de situações reais. Unifomiza o entendimento sobre a vontade das leis. Aumenta a confiabilidade das decisões judiciais. Acelera a entrega da solução dos conflitos. Permite o planejamento daqueles que se dedicam a desenvolver os institutos econômicos do País. Diminui a burocracia processual. Suaviza os trabalhos dos Tribunais. A idéia de que somente a lei deve ser vinculante não deve ser considerada como de modo absoluto. As decisões judiciais que se repetem, formando jurisprudência acatada pelos membros do Poder Judiciário, após longo processo de investigação aperfeiçoada pelos debates, devem ser seguidas pelos que são responsáveis pela aplicação da norma legislada. A homenagem às súmulas aperfeiçoa a Democracia por valorizar o princípio da igualdade.

## 2. ESPÉCIES DE SÚMULAS: SÚMULA DE JURISPRUDÊNCIA, SÚMULA IMPEDITIVA DE RECURSO E SÚMULA VINCULANTE.

Convive, neste primeiro decênio do século XXI, o direito brasileiro legislado processual civil com três espécies de súmulas:

a) súmula decorrente de jurisprudência assentada pelos tribunais (art. 479 do CPC);

b) súmula impeditiva de recurso (art. 518, § 1º, do CPC, conforme redação da Lei n. 11.276, de 7 de fevereiro de 2006;

c) súmula vinculante (art. 103-A, Constituição Federal (EC n. 45)m regulamentada pela Lei n. 11.417, de 19 de dezembro de 2006.

Passamos a analisar, primeiramente, a sumúlda jurisprudencial.

A súmula de jurisprudência (art. 479 do CPC) pode surgir por dois caminhos: o da divergência e o da convergência.

O da divergência submete-se ao rito estabelecido para o procedimento denominado de uniformização da jurisprudência, regulado pelos artigos 476 a 479 do CPC, que formam o Capítulo I, do Título IX (Do Processo nos Tribunais).

As regras legais a respeito são:

“Art. 476. Compete a qualquer juiz, ao dar o voto na turma, câmara, ou grupo de câmaras, solicitar o pronunciamento prévio do tribunal acerca da interpretação do direito quando:

I - verificar que, a seu respeito, ocorre divergência;

II - no julgamento recorrido a interpretação for diversa da que Ihe haja dado outra turma, câmara, grupo de câmaras ou câmaras cíveis reunidas.

Parágrafo único. A parte poderá, ao arrazoar o recurso ou em petição avulsa, requerer, fundamentadamente, que o julgamento obedeça ao disposto neste artigo.

Art. 477. Reconhecida a divergência, será lavrado o acórdão, indo os autos ao presidente do tribunal para designar a

sessão de julgamento. A secretaria distribuirá a todos os juízes cópia do acórdão.

Art. 478. O tribunal, reconhecendo a divergência, dará a interpretação a ser observada, cabendo a cada juiz emitir o seu voto em exposição fundamentada.

Parágrafo único. Em qualquer caso, será ouvido o chefe do Ministério Público que funciona perante o tribunal.

Art. 479. O julgamento, tomado pelo voto da maioria absoluta dos membros que integram o tribunal, será objeto de súmula e constituirá precedente na uniformização da jurisprudência.

Parágrafo único. Os regimentos internos disporão sobre a publicação no órgão oficial das súmulas de jurisprudência predominante”.

A instituição da súmula jurisprudencial por divergência recebe a disciplina que passamos a enunciar em forma de enunciados:

Enunciado 1 – “A suscitação do incidente de uniformização de jurisprudência em nosso sistema constitui faculdade, não vinculando o juiz, sem embargo do estímulo e do prestígio que se deve dar a esse louvável e belo instituto” (RSTJ 17/452).

Enunciado 2 – Não é possível o integrante de Turma ou Câmara suscitar incidente de uniformização de jurisprudência quando a questão encontra-se sendo examinada pelo Tribunal Pleno.

Enunciado 3 – “Se a parte não requereu a instauração do incidente de uniformização da jurisprudência (art. 476 § único), fica ao critério de qualquer dos juízes da turma julgadora pedir ou não que ele se instaure (RT 629/100 e RJTJEsp 112/423)” (In Theotônio Negrão, Código de Processo Civil e legislação processual em vigor, 38ª. ed., p. 555).

Enunciado 4 – O incidente de uniformização de jurisprudência poderá ser solicitado por qualquer juiz da turma ou da câmara ou da sessão, antes de proferir o seu voto.

Enunciado 5 – A interposição de uniformização de jurisprudência está sujeita a um desses pressupostos: a) que a respeito da interpretação do direito discutida exista divergência; b) se, no julgamento recorrido a interpretação for diversa da que lhe haja dado outra turma, câmara, grupo de câmaras, câmaras cíveis reunidas ou sessão.

Enunciado 6 – Se o recurso está sendo julgado pelo tribunal pleno não cabe a instauração do incidente de uniformização de jurisprudência.

Enunciado 7 – “Não se justifica a instauração do incidente de uniformização de jurisprudência quando já existe pronunciamento do Plenário do STF sobre a tese de direito discutida” (RT 757/240) (In Theotônio Negrão, Código de Processo Civil e legislação processual em vigor, 38<sup>a</sup>. ed., p. 555).

Enunciado 8 – A interpretação de cláusula contratual não justifica a instauração do incidente de uniformização de jurisprudência, haja vista que ele só se refere a divergência sobre tese de direito. Precedentes: RT 605/59, 718/145, RJTJESP 115/153, entre outros (In Theotônio Negrão, Código de Processo Civil e legislação processual em vigor, 38<sup>a</sup>. ed., p. 555).

Enunciado 9 – “É preciso que a divergência seja atual ou potencial. Se os juízes que proferiram as decisões divergentes já não integram o tribunal, inexistente razão pra ser suscitado o incidente de uniformização de jurisprudência” (RSTJ 57/67, RT 605/137). (In Theotônio Negrão, Código de Processo Civil e legislação processual em vigor, 38<sup>a</sup>. ed., p. 555).

Enunciado 10 – A divergência deve se verificar entre decisões que aplicam a mesma lei e dentro do mesmo Tribunal e sobre tema que seja essencial ao julgamento da causa. (In Theotônio Negrão, Código de Processo Civil e legislação processual em vigor, 38<sup>a</sup>. ed., p. 555).

Enunciado 11 – “O incidente de uniformização de jurisprudência pode ter lugar no julgamento de agravo (RJTJESP 110/322) e até mesmo no de embargos de declaração (JTA 69/23) e até mesmo no de embargos de declaração (JTA 69/231), mas é óbvio que isto somente poderá ocorrer se nos embargos for suscitado questão nova, a respeito da qual seja omissa o acórdão embargado, porque não cabe uniformização de jurisprudência sobre matéria que já foi julgada (RSTJ 73/47, JTA 99/232, 120/270)” (In Theotônio Negrão, Código de Processo Civil e legislação processual em vigor, 38<sup>a</sup>. ed., p. 555).

Enunciado 12 – O incidente de uniformização poderá ser requerido tanto pela parte recorrente como pela parte recorrida.

Enunciado 13 – Não é possível a parte suscitar incidente condicional de uniformização de jurisprudência, isto é, que ele só seja instaurado se a decisão lhe for contrária (RT 669/123, 765/254, entre outros). (In Theotônio Negrão, Código de Processo Civil e legislação processual em vigor, 38<sup>a</sup>. ed., p. 556).

Enunciado 14 – Não cabe apreciar incidente de uniformização de jurisprudência formulado por ocasião de sustentação oral.

Enunciado 15 – “Se o acórdão tem mais de um fundamento, não cabe pedido de uniformização da jurisprudência, com alegação de divergência sobre fundamento secundário na decisão (RJTJESP 122/234). (In Theotônio Negrão, Código de Processo Civil e legislação processual em vigor, 38ª. ed., p. 555).

Enunciado 16 – Não cabe agravo contra indeferimento de pedido de uniformização de jurisprudência formulado pela parte (RT 307/125). (In Theotônio Negrão, Código de Processo Civil e legislação processual em vigor, 38ª. ed., p. 557).

Enunciado 17 – Não cabe recurso especial, nem extraordinário da decisão proferida em incidente de uniformização de jurisprudência. Qualquer um desses recursos só poderá ser interposto contra o acórdão que julgou a causa (Súmula 513 do STF. RTJ 90/611, STF 631/235) (In Theotônio Negrão, Código de Processo Civil e legislação processual em vigor, 38ª. ed., p. 557).

Enunciado 18 – O Ministério Público, nos casos em que não é parte, não pode suscitar incidente de uniformização de jurisprudência. Há entendimento em sentido contrário. Ver Theotônio Negrão, Código de Processo Civil e legislação processual em vigor, 38ª. ed., p. 557).

Enunciado 19 – A súmula jurisprudencial não tem efeito vinculativo.

Enunciado 20 – No incidente de uniformização de jurisprudência não se consolida nenhum julgamento. O seu efeito é, apenas, de ser firmada a tese jurídica aprovada.

Enunciado 21 – Defende Nelson Nery Junior que “depois de fixada a tese jurídica adotada pelo tribunal pleno, esse resultado vai ser aplicado àquele caso concreto que originou o incidente de uniformização. A câmara ou órgão competente para julgar o recurso ficará vinculado à tese fixada pelo plenário” (In Código de Processo Civil Comentado e legislação extravagante, RT, 9ª. ed., p. 65).

Enunciado 22 – O Ministério Público intervém, obrigatoriamente, no incidente de uniformização de jurisprudência (art. 478, parágrafo único), porque a matéria é de ordem pública: o que se busca é a unidade do entendimento do tribunal.

Enunciado 23 – De acordo com o art. 479 do CPC, se o incidente de uniformização for tido como procedente, fixando o

tribunal a tese que entender de direito, desde que por maioria absoluta dos membros que integram o órgão julgador, o tema será objeto de súmula e constituirá precedente na uniformização da jurisprudência.

A súmula jurisprudencial é tratada, em várias oportunidades, no Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal.

Eis as regras impostas pela norma interna:

a) Competência do Pleno: Art. 7º - **VII** – deliberar sobre a inclusão, alteração e cancelamento de enunciados da **Súmula da Jurisprudência Predominante do Supremo Tribunal Federal**.

RISTF: art. 32, IV (atribuição da Comissão de Jurisprudência) – art. 102 e §§

(procedimento) – art. 103, *in fine* (revisão).

b) **Art. 11.** A Turma remeterá o feito ao julgamento do Plenário independente de acórdão e de nova pauta:

.....

**III** – quando algum Ministro propuser revisão da jurisprudência compendiada na **Súmula**.

c) Art. 21 - **§ 2º** Poderá ainda o Relator, em caso de manifesta divergência com a **Súmula**, prover, desde logo, o recurso extraordinário.

d) **Art. 32.** São atribuições da Comissão de Jurisprudência:

.....

**IV** – velar pela expansão, atualização e publicação da **Súmula**;

.....

d) **Art. 99.** São repositórios oficiais da jurisprudência do Tribunal:

RISTF: art. 322 c/c art. 331 (Embargos: comprovar divergência).

**I** – o **Diário da Justiça**, a **Revista Trimestral de Jurisprudência**, a **Súmula da Jurisprudência Predominante do**



**Supremo Tribunal Federal**, e outras publicações por ele editadas, bem como as de outras entidades, que venham a ser autorizadas mediante convênio;

**e) Art. 102.** A jurisprudência assentada pelo Tribunal será compendiada na **Súmula do Supremo Tribunal Federal**.

**§ 1º** A inclusão de enunciados na **Súmula**, bem como a sua alteração ou cancelamento, serão deliberados em Plenário, por maioria absoluta.

**§ 2º** Os verbetes cancelados ou alterados guardarão a respectiva numeração com a nota correspondente, tomando novos números os que forem modificados.

**§ 3º** Os adendos e emendas à **Súmula**, datados e numerados em séries separadas e sucessivas, serão publicados três vezes consecutivas no **Diário da Justiça**.

**§ 4º** A citação da **Súmula**, pelo número correspondente, dispensará, perante o Tribunal, a referência a outros julgados no mesmo sentido.

**f) Art. 103.** Qualquer dos Ministros pode propor a revisão da jurisprudência assentada em matéria constitucional e da compendiada na **Súmula**, procedendo-se ao sobrestamento do feito, se necessário.

**g) Art. 321.** O recurso extraordinário para o Tribunal será interposto no prazo estabelecido na lei processual pertinente, com indicação do dispositivo que o autorize, dentre os casos previstos nos artigos 102, III, *a, b, c*, e 121, § 3º, da Constituição Federal.

.....  
**§ 5º** <sup>1</sup>Ao recurso extraordinário interposto no âmbito dos Juizados Especiais Federais, instituídos pela Lei n. 10.259, de 12 de julho de 2001, aplicam-se as

seguintes regras:

**I** – verificada a plausibilidade do direito invocado e havendo fundado receio da ocorrência de dano de difícil reparação, em especial quando a decisão recorrida contrariar **Súmula** ou jurisprudência dominante do **Supremo Tribunal Federal**, poderá o

Relator conceder, de ofício ou a requerimento do interessado, *ad referendum* do

Plenário, medida liminar para determinar o sobrestamento, na origem, dos processos nos quais a controvérsia esteja estabelecida, até o pronunciamento desta Corte sobre a matéria;

.....

**h) Art. 325.** *Nas hipóteses das alíneas a e d do inciso III do artigo 119 da Constituição Federal, cabe recurso extraordinário:*

**I** – *nos casos de ofensa à Constituição Federal;*

**II** – *nos casos de divergência com a **Súmula** do **Supremo Tribunal Federal**.*

i) **Art. 358.** São atribuições dos Assessores de Ministros:

.....

**IV** – *selecionar, dentre os processos submetidos ao exame do Ministro, aqueles que versem questões de solução já compendiada na **Súmula**, para serem conferidos pelo Ministro;*

.....

i) **Art.** **21.**

.....

**§** **1º**

.....

**§ 2º** Poderá ainda o Relator, em caso de manifesta divergência com a **Súmula**, prover, desde logo, o recurso extraordinário.

j) **Art. 102.** A jurisprudência assentada pelo Tribunal será compendiada na **Súmula do Supremo Tribunal Federal**.

**§ 1º** A inclusão de enunciados na **Súmula**, bem como a sua alteração ou cancelamento, serão deliberados em Plenário, por maioria absoluta.

**§ 2º** Os verbetes cancelados ou alterados guardarão a respectiva numeração com a nota correspondente, tomando novos números os que forem modificados.

**§ 3º** Os adendos e emendas à **Súmula**, datados e numerados em séries separadas e sucessivas, serão publicados três vezes consecutivas no **Diário da Justiça**.

**§ 4º** A citação da **Súmula**, pelo número correspondente, dispensará, perante o Tribunal, a referência a outros julgados no mesmo sentido.

**k) Art. 103.** Qualquer dos Ministros pode propor a revisão da jurisprudência assentada em matéria constitucional e da compendiada na **Súmula**, procedendo-se ao sobrestamento do feito, se necessário.

A súmula jurisprudencial, no Superior Tribunal de Justiça, recebe, em seu regimento, o controle abaixo definido.

a) **"Art. 11.** Compete à Corte Especial processar e julgar:

.....

VI - os incidentes de uniformização de jurisprudência, em caso de divergência na interpretação do direito entre as Seções, ou quando a matéria for comum a mais de uma Seção, aprovando a respectiva súmula;

**b) Art. 12.** Compete às Seções processar e julgar:

.....

IX - os incidentes de uniformização de jurisprudência, quando ocorrer divergência na interpretação do direito entre as Turmas que as integram, fazendo editar a respectiva súmula.

**c) Art. 14.** As Turmas remeterão os feitos de sua competência à Seção de que são integrantes:

I - quando algum dos Ministros propuser revisão da jurisprudência assentada em Súmula pela Seção;

**d) Art. 100.** As conclusões da Corte Especial, da Seção e da Turma, em suas decisões, constarão de acórdão no qual o relator se reportará às notas taquigráficas do julgamento, que dele farão parte integrante.

**Parágrafo único** - Dispensam acórdão:

I - a remessa do feito à Seção ou à Corte Especial, em razão da relevância da questão jurídica, ou da necessidade de prevenir divergência entre as Turmas;

II - a remessa do feito à Corte Especial, ou à Seção respectiva, para o fim de ser compendiada em Súmula a jurisprudência do Tribunal, ou para revisão da Súmula;

**e) Art. 119.** No julgamento de uniformização de jurisprudência, a Corte Especial e as Seções se reunirão com o **quorum** mínimo de dois terços de seus membros.

§ 1º. O Presidente, em qualquer caso, somente proferirá voto de desempate.

§ 2º. No julgamento, o pedido de vista não impede votem os Ministros que se tenham por habilitados a fazê-lo, devendo o Ministro que o formular apresentar o feito em mesa na primeira sessão seguinte.

§ 3º. Proferido o julgamento, em decisão tomada pela maioria absoluta dos membros que integram o órgão julgador, o relator deverá redigir o projeto de súmula, a ser aprovado pelo Tribunal na mesma sessão ou na primeira sessão ordinária seguinte.

**Art. 120.** Cópia do acórdão será, no prazo para sua publicação, remetida à Comissão de Jurisprudência, que ordenará:

I - seja registrada a súmula e o acórdão, em sua íntegra, em livro especial, na ordem numérica da apresentação;

**f) Art. 122.** A jurisprudência firmada pelo Tribunal será compen-diada na Súmula do Superior Tribunal de Justiça.

§ 1º. Será objeto da súmula o julgamento tomado pelo voto da maioria absoluta dos membros que integram a Corte Especial ou cada uma das Seções, em incidente de uniformização de jurisprudência. Também poderão ser inscritos na súmula os enunciados correspondentes às decisões firmadas por unanimidade

dos membros componentes da Corte Especial ou da Seção, em um caso, ou por maioria absoluta em pelo menos dois julgamentos concordantes.

§ 2º. A inclusão da matéria objeto de julgamento na Súmula da Jurisprudência do Tribunal será deliberada pela Corte Especial ou pela Seção, por maioria absoluta dos seus membros.

§ 3º. Se a Seção entender que a matéria a ser sumulada é comum às Seções, remeterá o feito à Corte Especial.

**g) Art. 123.** Os enunciados da súmula, seus adendos e emendas, datados e numerados, serão publicados três vezes no Diário da União, em datas próximas.

**Parágrafo único** - As edições ulteriores da súmula incluirão os adendos e emendas.

**h) Art. 124.** A citação da súmula pelo número correspondente dispensará, perante o Tribunal, a referência a outros julgados no mesmo sentido.

**i) Art. 125.** Os enunciados da súmula prevalecem e serão revistos na forma estabelecida neste Regimento Interno.

§ 1º. Qualquer dos Ministros poderá propor, em novos feitos, a revisão da jurisprudência compendiada na súmula, sobrestando-se o julgamento, se necessário.

§ 2º. Se algum dos Ministros propuser revisão da jurisprudência compendiada na súmula, em julgamento perante a Turma, esta, se acolher a proposta, remeterá o feito ao julgamento da Corte Especial, ou da Seção, dispensada a lavratura do acórdão, juntando-se, entretanto, as notas taquigráficas e tomando-se o parecer do Ministério Público Federal.

§ 3º. A alteração ou o cancelamento do enunciado da súmula serão deliberados na Corte Especial ou nas Seções, conforme o caso, por maioria absoluta dos seus membros, com a presença de, no mínimo, dois terços de seus componentes.

§ 4º. Ficarão vagos, com a nota correspondente, para efeito de eventual restabelecimento, os números dos enunciados que o Tribunal cancelar ou alterar, tomando os que forem modificados

novos números da série.

**j) Art. 126.** Qualquer Ministro poderá propor, na Turma, a remessa do feito à Corte Especial, ou à Seção, para o fim de ser compendiada em súmula a jurisprudência do Tribunal, quando verificar que as Turmas não divergem na interpretação do direito.

§ 1º. Na hipótese referida neste artigo, dispensam-se a lavratura de acórdão e a juntada de notas taquigráficas, certificada nos autos a decisão da Turma.

§ 2º. No julgamento de que cogita o artigo, proceder-se-á, no que couber, na forma do artigo 119.

§ 3º. A Comissão de Jurisprudência poderá, também, propor à Corte Especial ou à Seção que seja compendiada em súmula a jurisprudência do Tribunal, quando verificar que as Turmas não divergem na interpretação do direito.

**k) Art. 127.** Quando convier pronunciamento da Corte Especial ou da Seção, em razão da relevância da questão jurídica, ou da necessidade de prevenir divergências entre as Turmas, o relator, ou outro Ministro, no julgamento de qualquer recurso, poderá propor a remessa do feito à apreciação da Seção respectiva, ou da Corte Especial, se a matéria for comum às Seções.

§ 1º. Acolhida a proposta, a Turma remeterá o feito ao julgamento da Seção ou da Corte Especial, dispensada a lavratura do acórdão. Com as notas taquigráficas, os autos irão ao Presidente do órgão do Tribunal, para designar a sessão de julgamento. A Secretaria expedirá cópias autenticadas do relatório e das notas taquigráficas e fará sua distribuição aos Ministros que compuserem o órgão competente para o julgamento.

§ 2º. Proferido o julgamento, cópia do acórdão será, no prazo da sua publicação, remetida à Comissão de Jurisprudência, para elaboração de projeto de súmula, se for o caso.

**l) Art. 131.** Na Revista do Superior Tribunal de Justiça serão publicados em seu inteiro teor:<sup>(61)</sup>

I - os acórdãos selecionados pelo Ministro Diretor;<sup>(61)</sup>

II - os atos normativos expedidos pelo Tribunal e pelo

Conselho da Justiça Federal;<sup>(61)</sup>

III - as súmulas editadas pela Corte e pelas Seções.<sup>(61)</sup>

A súmula por convergência não depende de nenhum incidente processual. Os precedentes serão analisados pela Comissão de Jurisprudência. Esta, por sua vez, por via de um relator designado, aprovando o projeto de súmula, envia para o órgão colegiado competente. No STJ pode ser uma das três seções, dependendo da matéria, ou o Pleno.

Trataremos, a seguir, da súmula impeditiva de recurso. Esta modalidade foi introduzida pela recente reforma processual.

Ela decorre do art. 518, § 1º, conforme redação que lhe deu a Lei n. 11.276, de 07 de fevereiro de 2006.

A súmula vinculante tem categoria constitucional. Ela está prevista no arjt. 103-A da Constituição Federal, por força da Emenda Constitucional n. 45.

A Lei n. 11.471, de 19 de dezembro de 2006, impôs regulamento ao mencionado dispositivo, disciplinando a edição, a revisão e o cancelamento de súmula vinculante pelo Supremo Tribunal Federal.

O texto da lei segue registrado na íntegra:

**LEI Nº 11.417, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2006.**

Regulamenta o art. 103-A da Constituição Federal e altera a Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, disciplinando a edição, a revisão e o cancelamento de enunciado de súmula vinculante pelo Supremo Tribunal Federal, e dá outras providências.

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA** Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Esta Lei disciplina a edição, a revisão e o cancelamento de enunciado de súmula vinculante pelo Supremo Tribunal Federal e dá outras providências.

Art. 2º O Supremo Tribunal Federal poderá, de ofício ou por provocação, após reiteradas decisões sobre matéria constitucional, editar enunciado de súmula que, a partir de sua publicação na imprensa oficial, terá efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal, bem como proceder à sua revisão ou cancelamento, na forma prevista nesta Lei.

§ 1º O enunciado da súmula terá por objeto a validade, a interpretação e a eficácia de normas determinadas, acerca das quais haja, entre órgãos judiciais ou entre esses e a administração pública, controvérsia atual que acarrete grave insegurança jurídica e relevante multiplicação de processos sobre idêntica questão.

§ 2º O Procurador-Geral da República, nas propostas que não houver formulado, manifestar-se-á previamente à edição, revisão ou cancelamento de enunciado de súmula vinculante.

§ 3º A edição, a revisão e o cancelamento de enunciado de súmula com efeito vinculante dependerão de decisão tomada por 2/3 (dois terços) dos membros do Supremo Tribunal Federal, em sessão plenária.

§ 4º No prazo de 10 (dez) dias após a sessão em que editar, rever ou cancelar enunciado de súmula com efeito vinculante, o Supremo Tribunal Federal fará publicar, em seção especial do Diário da Justiça e do Diário Oficial da União, o enunciado respectivo.

Art. 3º São legitimados a propor a edição, a revisão ou o cancelamento de enunciado de súmula vinculante:

- I - o Presidente da República;
- II - a Mesa do Senado Federal;
- III - a Mesa da Câmara dos Deputados;
- IV - o Procurador-Geral da República;
- V - o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil;
- VI - o Defensor Público-Geral da União;
- VII - partido político com representação no Congresso Nacional;
- VIII - confederação sindical ou entidade de classe de âmbito nacional;



IX – a Mesa de Assembléia Legislativa ou da Câmara Legislativa do Distrito Federal;

X - o Governador de Estado ou do Distrito Federal;

XI - os Tribunais Superiores, os Tribunais de Justiça de Estados ou do Distrito Federal e Territórios, os Tribunais Regionais Federais, os Tribunais Regionais do Trabalho, os Tribunais Regionais Eleitorais e os Tribunais Militares.

§ 1º O Município poderá propor, incidentalmente ao curso de processo em que seja parte, a edição, a revisão ou o cancelamento de enunciado de súmula vinculante, o que não autoriza a suspensão do processo.

§ 2º No procedimento de edição, revisão ou cancelamento de enunciado da súmula vinculante, o relator poderá admitir, por decisão irrecorrível, a manifestação de terceiros na questão, nos termos do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal.

Art. 4º A súmula com efeito vinculante tem eficácia imediata, mas o Supremo Tribunal Federal, por decisão de 2/3 (dois terços) dos seus membros, poderá restringir os efeitos vinculantes ou decidir que só tenha eficácia a partir de outro momento, tendo em vista razões de segurança jurídica ou de excepcional interesse público.

Art. 5º Revogada ou modificada a lei em que se fundou a edição de enunciado de súmula vinculante, o Supremo Tribunal Federal, de ofício ou por provocação, procederá à sua revisão ou cancelamento, conforme o caso.

Art. 6º A proposta de edição, revisão ou cancelamento de enunciado de súmula vinculante não autoriza a suspensão dos processos em que se discuta a mesma questão.

Art. 7º Da decisão judicial ou do ato administrativo que contrariar enunciado de súmula vinculante, negar-lhe vigência ou aplicá-lo indevidamente caberá reclamação ao Supremo Tribunal Federal, sem prejuízo dos recursos ou outros meios admissíveis de impugnação.

§ 1º Contra omissão ou ato da administração pública, o uso da reclamação só será admitido após esgotamento das vias administrativas.

§ 2º Ao julgar procedente a reclamação, o Supremo Tribunal Federal anulará o ato administrativo ou cassará a decisão

judicial impugnada, determinando que outra seja proferida com ou sem aplicação da súmula, conforme o caso.

Art. 8º O art. 56 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, passa a vigorar acrescido do seguinte § 3º:

“Art. 56. ....

.....

§ 3º Se o recorrente alegar que a decisão administrativa contraria enunciado da súmula vinculante, caberá à autoridade prolatora da decisão impugnada, se não a reconsiderar, explicitar, antes de encaminhar o recurso à autoridade superior, as razões da aplicabilidade ou inaplicabilidade da súmula, conforme o caso.” (NR)

Art. 9º A Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, passa a vigorar acrescida dos seguintes arts. 64-A e 64-B:

“Art. 64-A. Se o recorrente alegar violação de enunciado da súmula vinculante, o órgão competente para decidir o recurso explicitará as razões da aplicabilidade ou inaplicabilidade da súmula, conforme o caso.”

“Art. 64-B. Acolhida pelo Supremo Tribunal Federal a reclamação fundada em violação de enunciado da súmula vinculante, dar-se-á ciência à autoridade prolatora e ao órgão competente para o julgamento do recurso, que deverão adequar as futuras decisões administrativas em casos semelhantes, sob pena de responsabilização pessoal nas esferas cível, administrativa e penal.”

Art. 10. O procedimento de edição, revisão ou cancelamento de enunciado de súmula com efeito vinculante obedecerá, subsidiariamente, ao disposto no Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal.

Art. 11. Esta Lei entra em vigor 3 (três) meses após a sua publicação.

Brasília, 19 de dezembro de 2006; 185º da Independência e 118º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA  
*Márcio Thomaz Bastos*

Este texto não substitui o publicado no DOU de 20.12.2006

A súmula instituída pela convergência obedece o rito fixado nos regimentos dos Tribunais. Registramos os constantes no regimento do Supremo Tribunal Federal e no Superior Tribunal de Justiça.

## **SÚMULA IMPEDITIVA DO RECURSO.**

A súmula impeditiva do recurso, diferentemente da súmula vinculante, não está erguida ao patamar de ser entidade processual de natureza constitucional. Ela atua sob disciplina de legislação ordinária, infraconstitucional, no caso, o art. 518, § 1º e 2º, do CPC, conforme redação da Lei nº 11.276, de 07 de fevereiro de 2006, que entrou em vigor no nosso sistema jurídico positivado noventa dias após a sua publicação no Diário Oficial da União, fato que ocorreu em 08.02.2006.

A criação da súmula impeditiva de recurso representa mais um passo dado pelo legislador brasileiro para a valorização e imperativa da jurisprudência sumulada não-vinculante do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal.

Rodrigo da Cunha Lima Freire, ao comentar as alterações introduzidas pelo legislador nos arts. 504, 506, III, e no parágrafo único, no § 4º do art. 515, e nos §§ 1º e 2º do art. 518 do CP, tudo pela Lei nº 11.276, de 07 de fevereiro de 2006, assinala, com muita precisão, o propósito contemporâneo do legislador em valorizar a jurisprudência predominante e sumulada dos Tribunais Superiores e do Supremo Tribunal Federal, indicando modificações realizadas no art. 557, caput e § 1º-A (Lei nº 9.756, de 1998), idem no art. 481 (Lei nº 9.756, de 1998), idem com o surgimento do recurso de uniformização de interpretação de lei federal entre turmas recursais dos juizados especiais federais (art. 14 da Lei nº 10.259/2001; idem pela instalação da exigência da comprovação da repercussão geral para que seja admitido o recurso extraordinário perante o STF (art. 102, § 3º, da CF) e, por fim, a criação da súmula vinculante a ser adotada pelo STF (art. 103-A da CF, conforme EC nº 45/2004).

Acrescentamos aos exemplos acima listados, a súmula jurisprudencial decorrente do incidente de uniformização de jurisprudência (art. , do CPC).

A súmula impeditiva de recurso esta subordinada a disciplina legal que passamos a expor em forma de enunciados. Eilos:

1) Enunciado nº 1 – A súmula impeditiva de recurso é dirigida, para seu cumprimento, ao juiz de primeiro grau chamado para receber ou não o recurso de apelação.

2) Enunciado nº 2 – O art. 518, § 1º do CPC, autoriza o não-recebimento da apelação interposta contra decisão de primeiro grau quando o juiz verificar que a sentença está de acordo com súmula do Superior Tribunal de Justiça ou do Supremo Tribunal Federal.

3. Enunciado nº 3 – A súmula impeditiva de recurso constitui um novo requisito de admissibilidade do recurso de apelação. Em consequência, a parte apelante deverá demonstrar, em suas razões, que a decisão recorrida não afronta súmula do STJ e do STF sobre a matéria.

4. Enunciado nº 4 – A parte apelante poderá optar por não fazer a demonstração, nos fundamentos da apelação, de que a sentença não agride súmula do STJ ou do STF. Ocorrendo essa omissão, o juiz poderá, de ofício, deixar de receber a apelação, caso verifique comprovado o fato da decisão ir de encontro ou já posto em súmula do STJ ou do STF, ou receber a apelação.

5. Enunciado nº 5 – O não-recebimento da apelação por a decisão apresentar-se em não conformidade com súmula do STJ ou do STF deverá ser fundamentada, indicando o juiz qual o verbete sumulado que foi contrariado.

6. Enunciado nº 6 – Não deve o juiz deixar de receber a apelação quando a sentença contraria jurisprudência predominante do STJ ou do STF. O art. 518, § 1º, do CPC, só admite a rejeição da apelação quando o contraste da sentença for com súmula do STJ ou do STF.

7. Enunciado nº 7. Segundo Rodrigo da Cunha Lima Freire, ob. cit., pp. 358 a 360, a “apelação deve ser admitida quando:

- a) a sentença não se funda em súmula do STF ou do STJ;
- b) a *ratio decidendi* dos precedentes da súmula do STF ou do STJ é distinta da *ratio decidendi* da sentença;
- c) a tese jurídica contida em súmula do STF ou do STJ é insuficiente para, isoladamente, sustentar a sentença;

d) a sentença resolve questões prejudiciais de fato relevantes para a conclusão (a matéria decidida não é só de direito);

e) não se aplica a hipótese a tese jurídica contida em súmula do STF ou do STJ, apesar de o juízo mencionar a súmula em sua sentença ou declarar que a sentença adota a solução jurídica proposta pela súmula;

f) a súmula não é mais aplicada pelo próprio tribunal que a editou;

g) circunstâncias de tempo e lugar justificam uma revisão do STF ou do STJ, ou uma interpretação mais flexível desta;

h) particularidades do caso concreto exigem uma interpretação mais flexível da súmula do STF ou do STJ;”

8) Enunciado nº 8 – Para que a apelação não seja recebida com base em decisão que seguiu orientação sumulada, há do juiz examinar se as situações de fato e direito analisadas pela sentença são idênticas as que deram origem a Súmula.

9) Enunciado nº 9 – A doutrina está dividida sobre se é recorrível ou não a decisão do juiz que recebe a apelação, contrariando o § 1º, do art. 518 do CPC. Para uma corrente a decisão é irrecorrível, por faltar “interesse recursal tendo em vista a matéria relacionada à admissibilidade ser de ordem pública e o juízo de admissibilidade feito pelo órgão **a quo** ser provisório. Para a segunda corrente, pode haver interposição de agravo de instrumento por: a) a demora do julgamento do recurso de apelação provocar danos grave e de difícil reparação ao apelado; b) especialmente, a apelação ser recebida nos dois efeitos (devolutivo e suspensivo) (Rodrigo da Cunha Lima Freire, ob. cit., p. 364, é um dos adeptos dessa corrente).

10) Enunciado nº 10 – Se o juiz, indevidamente, aplicar o § 1º do art. 518, do CPC, a parte pode interpor agravo de instrumento.

11) Enunciado nº 11 – De acordo com o § 2º do art. 518 do CPC, o juiz tem o prazo (impróprio) de cinco dias, após a apresentação das contra-razões, para reexaminar os requisitos de admissibilidade, sendo impróprio o prazo de 5 (cinco) dias, nenhuma consequência provocará o seu não-cumprimento pelo juiz.

12) Enunciado nº 12 – Segundo entendimento dae Jaqueline Maelke Silva e José Tadeu Neves Xavier, in “Reforma do Processo Civil”, verbo jurídico, 2006.” “não resta a menor dúvida de que o art.

518, § 1º é inconstitucional, pois vincula – ao impedir o recebimento da apelação – o juízo de primeiro grau às súmulas do STJ – que tratam de matéria infraconstitucional – e as do Supremo Tribunal Federal, sem o atendimento de qualquer dos critérios previstos no art. 103-A. Ou seja, as súmulas impeditivas de recursos são ainda mais graves e com uma aplicação muito mais ampla do que as súmulas vinculantes previstas no texto constitucional”.

13) Enunciado nº 13 – O juiz de primeiro grau, considerando o § 2º do art. 518, pode, de ofício, reexaminar os requisitos de admissibilidade da apelação, antes de determinar a subida do recurso ao Tribunal, se não forem apresentadas as contra-razões.

01/10/2007